

VARGAS, Getúlio

*dep. fed. RS 1923-1926; min. Faz. 1926-1927; pres. RS 1928-1930; rev. 1930; pres. Rep. 1930-1945; const. 1946; sen. RS 1946-1949; pres. Rep. 1951-1954.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS) no dia 19 de abril de 1882, filho de Manuel do Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas. Ainda jovem, alterou o ano de nascimento para 1883, fato somente descoberto durante a comemoração de seu centenário. Em 1902, ao realizar exames preparatórios para o curso de direito, Vargas declarou — provavelmente pela primeira vez — uma idade diferente da real. Mais tarde, ao ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em março de 1904, apresentou uma certidão militar comprovadamente rasurada no trecho que informava a data de nascimento. Desde então, constou em registros e documentos oficiais, artigos e livros sobre sua pessoa, o ano de 1883 como o de seu nascimento.

Vargas era descendente de uma família politicamente proeminente em São Borja, região de colonização jesuítica junto ao rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, palco de rumorosas lutas no século XIX. Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou como soldado voluntário da República de Piratini durante a Guerra dos Farrapos. Foi casado com Luísa Maria Teresa Vargas, com quem teve 14 filhos. Os avós maternos, Serafim Dornelles e Umbelina Dornelles, pertenciam a uma família tradicional, descendente de imigrantes portugueses dos Açores. Serafim Dornelles foi major de milícias, próspero comerciante e também um dos mais ricos estancieiros de São Borja.

O pai de Getúlio, Manuel do Nascimento Vargas, combateu na Guerra do Paraguai, distinguindo-se como herói militar. Começou a guerra como simples cabo para encerrá-la como tenente-coronel. Uma vez desligado do Exército, estabeleceu-se como fazendeiro em São Borja e em 1872 casou-se com Cândida Dornelles, com quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim. No final do Império, tornou-se o chefe político local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1893, já na República, combateu os federalistas que se insurgiram contra o governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, desencadeando a chamada Revolução Federalista. Bateu-se contra as tropas de Dinarte Dornelles, tio materno de Getúlio e líder federalista no município, o que contribuiu para que se introduzisse e permanecesse viva dentro da família Vargas a acirrada e histórica contradição entre “chimangos”

(republicanos) e “maragatos” (federalistas). A guerra civil terminou em 1895 com a vitória dos republicanos e o PRR tornou-se o partido dominante no estado, sob a direção de Júlio de Castilhos e seu sucessor Antônio Augusto Borges de Medeiros. Manuel Vargas recebeu uma promoção a coronel de Floriano Peixoto e outra a general-de-brigada, concedida por Prudente de Moraes. Em 1907 foi intendente — cargo correspondente ao do atual prefeito — de São Borja, o mesmo acontecendo mais tarde com seus filhos Viriato e Protásio.

Getúlio Vargas fez os estudos primários na sua cidade natal. Em 1897, seguiu para Ouro Preto, na época capital de Minas Gerais, onde já se encontravam os irmãos mais velhos, matriculando-se no curso de humanidades. No ano seguinte, porém, os três foram obrigados a deixar Ouro Preto, devido ao envolvimento de Viriato e Protásio numa briga de estudantes que resultou na morte de um jovem paulista de família tradicional, Carlos de Almeida Prado. Viriato chegou a ser pronunciado pelo promotor público, fato que mais tarde viria comprometer os Vargas na política gaúcha.

Em 1898, Getúlio decidiu seguir carreira militar, solicitando matrícula na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS), primeiro passo no caminho do oficialato. Getúlio teve de esperar um ano por falta de vaga, segundo Barros Vidal. Com o objetivo de facilitar sua matrícula na escola de Rio Pardo, alistou-se em fevereiro de 1899 no 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja. Foi rapidamente promovido a segundo-sargento. Em março de 1900, matriculou-se afinal na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. Em maio de 1902, porém desligou-se da escola, em solidariedade a alguns colegas que haviam sido expulsos por um incidente disciplinar. Voltou à tropa, dessa vez no 25º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. Predisposto a abandonar a carreira das armas, matriculou-se na Escola Brasileira com o intuito de completar o curso secundário, já decidido a estudar direito. No começo de 1903, quando se preparava para deixar o Exército, surgiu uma ameaça de conflito armado entre o Brasil e a Bolívia, em decorrência da disputa pelo território do Acre. Apresentando-se à sua unidade, partiu em fevereiro para Corumbá (MS), no então estado de Mato Grosso. A Questão do Acre, porém, foi resolvida pela diplomacia do barão do Rio Branco e não pelas armas, como esperava Vargas.

Em dezembro de 1903, após dar baixa do Exército, Getúlio ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre como aluno ouvinte. Em março de 1904, matriculou-se no segundo ano da faculdade, após prestar exames das cadeiras que

constituíam o primeiro ano do curso de direito. Na faculdade, revelou-se discípulo fiel do castilhismo, integrando-se à mocidade estudantil republicana. O positivismo — ideologia oficial do PRR — teve porém uma influência limitada em sua formação intelectual. Quando estudante, Getúlio interessou-se mais por Herbert Spencer e Charles Darwin do que por Auguste Comte. Cultivou também o gosto pela literatura. Admirador de Émile Zola, publicou um artigo na revista estudantil *Panthum* enaltecendo sua posição frente ao caso Dreyfuss e suas tendências progressistas.

Vargas começou a trilhar o caminho da política gaúcha em agosto de 1906, ao ser escolhido orador dos estudantes na homenagem prestada ao presidente eleito Afonso Pena, quando de sua visita a Porto Alegre. Em 1907, ingressou efetivamente na política partidária republicana, juntamente com toda uma geração de estudantes gaúchos que se notabilizaria na política nacional e que seria chamada por Joseph Love de a “geração de 1907”. Nesse ano, o Partido Federalista desencadeou uma grande campanha para suplantar o domínio do PRR, lançando a candidatura de Fernando Abbot, um republicano dissidente, às eleições de novembro para o governo do estado. Borges de Medeiros, que terminava seu segundo mandato no Executivo gaúcho, decidiu não concorrer à reeleição, indicando a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves.

Com seus colegas de faculdade João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso e numerosos estudantes, Vargas fundou o Bloco Acadêmico Castilhista em apoio à candidatura republicana. O bloco contou também entre seus membros com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que viriam a desempenhar um papel importante na vida de Vargas: Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Com o apoio do senador José Gomes Pinheiro Machado, o bloco lançou o jornal *O Debate*, dirigido por Paim Filho e do qual Vargas tornou-se secretário de redação. Eleito sem dificuldade em novembro, Carlos Barbosa iria governar o Rio Grande do Sul de 1908 a 1913, no intervalo entre dois longos períodos de governo de Borges de Medeiros.

Em dezembro de 1907, Vargas formou-se em ciências jurídicas e sociais e mais uma vez foi escolhido o orador da turma. Sua participação na campanha de Carlos Barbosa impressionara favoravelmente a Borges, que, como chefe do PRR, dispunha de enorme poder pessoal e detinha a decisão final sobre todas as coisas, das questões mais importantes às mais secundárias. Assim, em janeiro de 1908, Vargas foi nomeado segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre.

Um de seus primeiros biógrafos, Paul Frischauer, comentando a repercussão pública do ato de nomeação, aludiu a uma caricatura publicada no jornal opositor *Petit Journal*. No desenho, via-se Borges de Medeiros, cercado por várias crianças, cujos rostos eram os dos redatores de *O Debate*. “*Bom meninos*”, perguntava Borges, “*que querem agora? Uma caixinha de chocolate para cada um?*” E a resposta de Getúlio: “*Não, quero ser promotor público*”.

Na verdade, como escreveu o promotor e historiador gaúcho Miguel Frederico do Espírito Santo, o exercício de cargo público e, para os bachareis de Direito, o de promotor público, era um reconhecimento do partido por serviços prestados.

Alguns meses mais tarde, o nome de Getúlio foi incluído na lista dos candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, como era denominada oficialmente assembleia gaúcha. Vargas passou o cargo de promotor a João Neves e voltou a São Borja, onde constituiu uma banca de advocacia e estendeu os contatos com os correligionários de seu pai, garantindo apoio eleitoral à sua candidatura.

O deputado Getúlio Vargas

Em março de 1909, Vargas foi eleito à Assembleia dos Representantes na legenda do PRR. A Assembleia gaúcha era uma instituição com funções bastante limitadas, devido à extrema concentração de poderes do Executivo estadual. Pela Constituição rio-grandense, o presidente do estado detinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial. A Assembleia reunia-se durante três meses por ano com o fim exclusivo de votar o orçamento e examinar as contas do governo. Getúlio iria aproveitar os longos períodos de recesso parlamentar para dedicar-se às suas atividades de advogado em São Borja.

Em março de 1911, casou-se com Darci Lima Sarmanho, filha de Antônio Sarmanho, estancieiro e diretor de banco em São Borja. Desse casamento, realizado apenas no registro civil, nasceriam os filhos Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio.

Em 1913, foi novamente eleito deputado estadual, mas renunciou ao mandato na sessão inaugural da legislatura, em outubro, por desacordo com o governador Borges de Medeiros. Em discurso na Assembleia, deu a entender que a renúncia era um protesto contra a intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul. Nesse

município, a lista de candidatos do PRR havia sido modificada por João Neves e Odon Cavalcanti. Os deputados eleitos foram preteridos pelo governador e obrigados a renunciar aos seus mandatos.

O rompimento não oficial com Borges ocorreu ao mesmo tempo em que o irmão Viriato foi obrigado a deixar a intendência e a chefia do PRR em São Borja, em virtude da abertura de inquérito policial para apuração de denúncias de contrabando e outros delitos. O autor das denúncias era o médico Benjamin Torres, antigo protegido político da família Vargas, que, ao romper com eles, aliou-se Rafael Escobar, inimigo ferrenho do general Manuel Vargas.

Interrompida a carreira parlamentar, Getúlio voltou a São Borja e à sua banca de advocacia. Durante três anos, permaneceram estremecidas suas relações com Borges de Medeiros, que chegou a incentivar a disputa pelo poder entre grupos republicanos de São Borja. Com o assassinato de Benjamin Torres em março de 1915, as suspeitas recaíram sobre Viriato, que se refugiou na Argentina até ser absolvido. Entrementes, Borges reconduziu o general Manuel Vargas à chefia local do PRR.

No final de 1916, Borges de Medeiros buscou reconciliar-se com Getúlio, oferecendo-lhe a chefia de polícia de Porto Alegre. Getúlio recusou o cargo, mas posteriormente aceitou sua inclusão na lista de candidatos à Assembleia. Eleito em 1917, recuperou rapidamente o tempo perdido fora da política. Prestigiado por Borges de Medeiros, começou a desempenhar na Assembleia as funções de líder do PRR, embora sem diploma expresso. Como explicou João Neves, “líder majoritário não havia. A tradição castilhista desconhecia a figura do líder. Talvez porque o Partido Republicano até ali ocupara unanimemente todas as cadeiras. Líder dava a ideia de divisão, de luta, de fracionamento”.

Na Assembleia, Getúlio tomou algumas iniciativas isoladas e pessoais para congregar as forças políticas gaúchas. Em outubro de 1917, ao manifestar o apoio do governo do estado à declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, conclamou os deputados do PRR e do Partido Federalista a superarem suas divergências e “ante o sentimento de perigo comum unirem-se sob a mesma bandeira”. Quando o armistício foi assinado em novembro de 1918, defendeu a concórdia entre os povos, após denunciar a “arrogância” do Império alemão e o “militarismo prussiano”. O discurso foi aplaudido não só por seus correligionários, mas também pelos deputados federalistas.

Entretanto, em sua opinião, a guerra europeia trouxera uma lição nova, comprovando “a inépcia” dos parlamentos “para a solução dos mais graves problemas que agitam a vida nacional dos países onde vigora”. Ao protesto de que não se deveria confundir a presença do governo na vida nacional com essa presença na emergência de guerra, redarguiu: “Tanto não é assim que, após a terminação da guerra, os poderes públicos continuaram a intervir na atividade privada, mantendo os serviços com o intuito de restringir a ganância dos particulares.”

Sua reeleição para a Assembleia em 1921 foi assegurada com tranquilidade, porém com a situação política nacional tumultuada pela disputa em torno da sucessão do presidente da República Epitácio Pessoa. Borges de Medeiros levantou-se contra a candidatura de Artur Bernardes, articulada por Minas Gerais e São Paulo, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para o esquema de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Getúlio, acompanhando a posição do PRR, participou da campanha da Reação Republicana, movimento em favor da candidatura de Nilo Peçanha articulado pelo Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e estado do Rio.

Apesar de acirrada disputa, Artur Bernardes venceu as eleições em março de 1922. Sua vitória comprovava o poderio eleitoral da aliança entre Minas e São Paulo, os dois estados de maior expressão socioeconômica do país, detentores do controle da vida política nacional desde o princípio do século. Essa aliança, resultado lógico dos interesses econômicos comuns aos dois estados cafeeiros, tinha por corolário um esquema de revezamento na presidência da República, conhecido como a “política do café com leite”.

Entretanto, a eleição de Bernardes foi contestada pela oposição civil e, principalmente, por jovens oficiais do Exército, que se tornariam conhecidos como os “tenentes”. A crise culminou com a Revolta de 5 de Julho de 1922, que foi imediatamente sufocada pelo governo, mas marcou o início das revoltas tenentistas da década de 1920. A rebelião contou com a adesão das guarnições de Campo Grande, de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, e do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nesta última cidade, especialmente a guarnição do forte de Copacabana, que caiu na manhã do dia 6, no episódio que ficou conhecido como Os 18 do Forte. Diante do levante, seguindo a nova orientação do PRR, expressa no manifesto Pela ordem de

Borges de Medeiros, Getúlio defendeu a dissolução da Reação Republicana e prestou solidariedade a Epiácio Pessoa e Artur Bernardes.

Em outubro de 1922 Vargas foi indicado e eleito à Câmara Federal para completar o mandato vago por morte do deputado gaúcho Rafael Cabeda. Entretanto, devido à proximidade das eleições governamentais no Rio Grande do Sul, adiou sua partida para o Rio. Pela primeira vez, desde 1907, ocorreu uma situação competitiva na sucessão gaúcha. Borges de Medeiros, candidato ao quinto mandato de cinco anos, defrontou-se com a oposição dos federalistas, dos republicanos dissidentes e dos democráticos, unidos em torno da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil. O pleito realizou-se em 25 de novembro de 1922 em meio a rumores de um levante contra Borges e acusações de fraude de ambos os lados. Vargas foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia, encarregada de apurar os votos e proclamar o candidato vencedor.

Em 17 de janeiro de 1923, a comissão proclamou a vitória de Borges, por 106 mil votos contra 32 mil. Segundo uma versão que circulou na época, a comissão chegara anteriormente à conclusão de que Borges perdera a disputa, não conseguindo a maioria de 3/4 dos votos, exigidos pela Constituição estadual para sua reeleição. Diante do impasse, Vargas e seus dois colegas da comissão, os deputados Ariosto Pinto e José Vasconcelos, teriam ido à presença de Borges para expor a situação. Ao recebê-los, Borges teria declarado efusivamente: “Sei que vêm cumprimentar-me, porque estou reeleito.” Sem jeito de contrariar o chefe, a comissão se teria retirado sem dizer a que vinha, reformulando em seguida seus cálculos.

Em 25 de janeiro de 1923, Assis Brasil e antigos caudilhos federalistas insurgiram-se com o objetivo de depor Borges, desencadeando violenta guerra civil no estado. Nomeado tenente-coronel por decreto de Borges, Vargas partiu para São Borja, assumindo o comando do 7º Corpo Provisório, tropa irregular composta de civis recrutados. Mas não chegou a participar dos combates, pois, ameaçado de perder sua cadeira na Câmara Federal, interrompeu a luta e foi para o Rio de Janeiro assumir mais uma missão delegada pelo PRR.

Na Câmara, Getúlio trabalhou para evitar a intervenção federal em seu estado, buscando contornar as dificuldades geradas pelo apoio anteriormente dado por Borges à Reação Republicana. Desenvolveu também um esforço de aproximação com os representantes gaúchos de oposição, ampliou suas relações com os parlamentares de

outros estados, sobretudo de São Paulo, e estabeleceu vínculos com o poder central que beneficiaram a imagem do Rio Grande do Sul junto aos centros decisórios da política nacional. A guerra civil no Rio Grande do Sul terminou em dezembro de 1923 por um acordo de paz assinado sob a égide do governo federal em Pedras Altas, estância de Assis Brasil. O Pacto de Pedras Altas vedou nova reeleição de Borges, mas garantiu o mandato que exercia no Executivo estadual.

Reeleito deputado federal em 1924, Vargas assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara. Nessa condição, apoiou as medidas de exceção propostas por Bernardes, às voltas com generalizado e persistente descontentamento da opinião pública e intermitentes rebeliões tenentistas. Entre outros movimentos armados, Bernardes enfrentou a Revolta de 1924 em São Paulo, chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, e a Coluna Prestes, contingente rebelde liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes e o major Miguel Costa que percorreu o interior do país de abril de 1925 até fevereiro de 1927, dando combate às tropas legais.

Em 1925, Vargas participou da comissão encarregada de estudar a reforma da Constituição de 1891. A revisão constitucional foi proposta por Bernardes, visando a ampliar o poder do governo central perante os estados. Vargas concordou com as modificações pedidas, condenando o “antirreversionismo sistemático”. Na ocasião, manifestou-se também contra o ensino religioso nas escolas. Em maio de 1926, passou a integrar a Comissão de Finanças da Câmara, na qual permaneceria até o final de seu mandato, em novembro.

Apesar da tensão causada pelas rebeliões tenentistas e pelo estado de sítio em vigor, a sucessão de Bernardes foi das mais tranquilas da República Velha. Sem qualquer oposição, Washington Luís e Fernando de Melo Viana, até então presidentes respectivamente de São Paulo e Minas Gerais, foram eleitos presidente e vice-presidente da República em março de 1926.

Ministro da Fazenda

Em 15 de novembro de 1926, Washington Luís assumiu a presidência, empossando Vargas no Ministério da Fazenda. Essa escolha tinha o claro propósito de reconciliar o Rio Grande do Sul com a aliança Minas-São Paulo. Além disso, o programa de estabilização financeira anunciado por Washington Luís era bem visto por

Borges de Medeiros, que expressara repetidas vezes seu interesse na estabilidade dos preços internos. Vargas manifestou-se a princípio contra sua indicação, alegando, em carta a Borges, que não possuía qualificação suficiente em finanças, mas acabou sendo convencido pelo presidente gaúcho a aceitar a designação.

A passagem de Vargas pelo Ministério da Fazenda duraria pouco mais de um ano, correspondendo à época de êxitos da política econômico-financeira de Washington Luís. Vargas tratou basicamente de implementar a reforma monetária, aprovada pelo Congresso ainda em dezembro de 1926. A reforma instituiu o retorno do padrão-ouro e criou um novo fundo de estabilização cambial chamado Caixa de Estabilização, à qual caberia emitir papel-moeda contra reserva de 1% de ouro. Passaram a existir dois meios circulantes no país, um conversível e outro não, e a taxa de câmbio foi fixada acima dos índices de mercado com objetivo de favorecer as exportações e proteger a indústria nacional.

Em agosto de 1927, Borges de Medeiros indicou as candidaturas de Vargas e João Neves da Fontoura respectivamente à presidência e à vice-presidência do Rio Grande do Sul. Embora impossibilitado pelo Pacto de Pedras Altas de concorrer a nova eleição, Borges havia conservado a chefia do PRR, o que lhe garantia a escolha de seu substituto. Por outro lado, tanto Vargas como João Neves tinham uma concepção da política, se não menos autoritária que Borges, ao menos mais liberal em relação às oposições gaúchas. O “liberalismo” de Vargas era considerado excepcional mesmo dentro do PRR, sobretudo por seus membros mais antigos, dedicados seguidores do castilhismo. Como naquele momento, segundo Alexandre Barbosa Lima Sobrinho em seu clássico livro sobre a Revolução de 1930, “urgia encontrar para o governo gaúcho, depois de lutas tão ásperas, um homem conciliador que os partidos e as facções recebessem com a mesma boa vontade”, Vargas era o candidato ideal.

Em outubro de 1927, uma convenção do PRR aprovou por aclamação a chapa Vargas- João Neves. A Aliança Libertadora, de oposição, fundada em 1924 por federalistas e dissidentes republicanos, não apresentou candidato, mas colocou grandes esperanças na chapa republicana, vendo em sua vitória a possibilidade de um governo mais liberal. Vargas foi eleito em novembro seguinte, sem que fosse preciso participar da campanha em seu estado. Em dezembro, exonerou-se do Ministério da Fazenda e em discurso pronunciado ainda no Rio de Janeiro insinuou que as divergências no Rio Grande do Sul deveriam ser abandonadas no interesse da paz com os libertadores.

Presidente do Rio Grande do Sul

Em 25 de janeiro de 1928, Getúlio assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. Sua primeira preocupação foi estabelecer um *modus vivendi* com Borges a fim de assegurar a independência político-administrativa de seu governo. Vargas iria governar com certa autonomia, apesar da influência preponderante de Borges nos assuntos de política partidária. O primeiro passo nesse sentido foi a nomeação dos secretários de estado a partir de sua própria escolha, sem levar em conta as indicações feitas por Borges. Para a Secretaria do Interior e Justiça foi nomeado Osvaldo Aranha, o mais jovem representante da nova geração de republicanos gaúchos, famoso por sua combatividade durante a guerra civil de 1923. Firmino Paim Filho, amigo de Vargas desde os tempos da faculdade, recebeu o cargo de secretário da Fazenda. João Fernandes Moreira ocupou a Secretaria de Obras Públicas e Florêncio de Abreu, seu concunhado, a chefia de polícia.

Vargas reorientou a ação econômica e política do governo gaúcho, conseguindo resultados amplamente positivos. No plano econômico, tomou uma série de medidas de amparo à lavoura e à pecuária, atendendo sobretudo às reivindicações dos produtores de charque e arroz.

Em junho de 1928, obteve autorização da Assembleia, inclusive com o voto da oposição, para contratação de empréstimo externo de 42 milhões de dólares, tendo em vista o resgate e consolidação de dívidas e a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS), sob controle majoritário estatal. O banco ampliou a disponibilidade de créditos e flexibilizou critérios para sua concessão. O grosso de seus recursos, nos primeiros tempos, foi destinado ao setor pecuário, afetado por violentas flutuações nos preços e na produção desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Em novembro do mesmo ano, Vargas conseguiu a aprovação no Congresso da Lei de Desnacionalização do Charque, que considerava estrangeiro todo charque brasileiro que transitasse por território uruguaio na demanda de portos nacionais. A medida visava a coibir o contrabando de charque uruguaio que entrava no Brasil, disfarçado como produto gaúcho ou mato-grossense. Vargas obteve também importantes concessões econômicas do governo federal para diminuir os custos do frete no Rio Grande do Sul. Nesse caso, incluíram-se o auxílio para a expansão do sistema

ferroviário rio-grandense e a transferência dos portos de Pelotas e Torres para o controle do estado. Seu governo também subsidiou o nascente comércio exportador de charque e arroz, diminuindo as tarifas ferroviárias para os dois produtos.

Outra forma de atuação de Vargas foi o estímulo à organização dos sindicatos de produtores. O êxito do sindicato dos arrozeiros, criado em 1926 com o objetivo de controlar a oferta e manter os preços altos, propiciou um surto geral de “associatividade” no estado no final da década de 1920. Ao término de seu primeiro ano de governo, Vargas expôs o seu pensamento a respeito: “Ao Estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizada com sua autoridade, exercendo sobre ela certo controle para lhe evitar os excessos. (...) Organizados para a defesa dos interesses comuns, [os sindicatos] têm uma dupla vantagem: para os associados a união torna-os mais fortes, para o governo, o trato direto com os dirigentes de classe facilita, pelo entendimento com poucos, a satisfação do interesse de muitos.”

No plano político, Vargas buscou também um acordo com a oposição, conseguindo pôr termo a quase 30 anos de violentas lutas interpartidárias no estado. A oposição, reorganizada em março de 1928 em torno do Partido Libertador (PL), sucessor da Aliança Libertadora, obteve garantias políticas jamais concedidas por Borges de Medeiros. Vargas incluiu na administração estadual membros do PL e tomou medidas para assegurar eleições honestas. Em março de 1929, por exemplo, mandou recontar os votos numa eleição municipal que o PL considerava fraudulenta, permitindo à oposição conquistar uma nova cadeira na Assembleia dos Representantes. O PRR não opôs restrições a esses esforços conciliadores, apesar de todo o peso da tradição castilhistas. Assim, nesse mesmo ano de 1929, Vargas teve condições de unificar a política do Rio Grande do Sul e empreender a primeira tentativa direta de um político gaúcho para chegar à presidência da República.

A Aliança Liberal

A candidatura de Vargas às eleições presidenciais de 1930 nasceu do acordo entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, marcando o rompimento dos dois estados com o governo federal. Foi o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, quem iniciou as articulações para uma candidatura de oposição. Antônio Carlos esperava ser o próximo presidente, tendo em conta o esquema de revezamento entre

Minas e São Paulo no governo federal. Com efeito, a eleição de um candidato de São Paulo em 1926 implicara um acordo tácito pelo qual Minas voltaria ao poder em 1930. No quadriênio Washington Luís surgiram porém divergências na “política café com leite”, a propósito do programa de estabilização financeira e da “valorização do café”. Isto não seria grave não fossem pretensões dos grupos políticos de São Paulo em manter o controle direto do governo federal. No decorrer de 1928, tornou-se claro o interesse de Washington Luís em apoiar a candidatura de Júlio Prestes, antigo líder do Partido Republicano Paulista (PRP) e seu sucessor no governo paulista.

Antônio Carlos buscou o apoio do Rio Grande do Sul a fim de se opor a esses planos. Como observou Boris Fausto, “para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal era necessário oferecer ao estado a própria presidência”. Do lado gaúcho, João Neves tornou-se o grande articulador dessa solução. Em dezembro de 1928 ele acenou com a possibilidade de uma candidatura gaúcha, ao ser sondado pelo deputado mineiro Afrânio de Melo Franco.

Washington Luís pressentiu a cisão com os mineiros e procurou comprometer o Rio Grande do Sul com seus planos. Ainda em 1928, informou a Vargas, por intermédio do deputado gaúcho José Antônio Flores da Cunha, que se dispunha a considerar um candidato gaúcho, se porventura Minas bloqueasse o nome de Júlio Prestes. Dessa forma, o Rio Grande, terceiro estado em importância eleitoral e tradicionalmente um contendor de segundo plano, tornava-se a peça-chave do jogo sucessório.

Em janeiro de 1929, Vargas soube por autorização expressa de Antônio Carlos que Minas estava definitivamente deliberada a recusar o nome de Júlio Prestes e a apoiar uma candidatura gaúcha ao Catete. Getúlio respondeu em termos evasivos: não repeliu a ideia, mas lembrou os vínculos de cooperação entre seu governo e a administração federal. Ao que tudo indicava, Minas se atiraria isolada a uma luta, sem grandes possibilidades de êxito. Quando muito, conseguiria reunir à sua volta os pequenos partidos de oposição que haviam surgido na década de 1920: a dissidência republicana paulista, que deu origem ao Partido Democrático (PD), e a carioca, que em 1928 se uniu aos paulistas e aos libertadores gaúchos no Partido Democrático Nacional.

De janeiro a maio de 1929, os entendimentos entre Minas e o Rio Grande permaneceram em suspenso. Enquanto isso, Washington Luís insistia em que o debate sucessório fosse iniciado apenas em setembro, isto é, seis meses antes das eleições

marcadas para março de 1930. Em maio, porém, a questão sucessória foi levantada no Congresso Nacional. Vargas escreveu então uma carta confidencial ao presidente, declarando-se à margem das manobras sucessórias e prometendo-lhe o apoio do PRR “no momento preciso”.

Em junho, João Neves encontrou-se no Rio com o secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, incumbido por Antônio Carlos de obter uma resolução definitiva do Rio Grande do Sul. João Neves apressou-se em aceitar o acordo proposto por Minas, sem consultar previamente Vargas ou Borges de Medeiros. As conversações resultaram na assinatura de um pacto secreto de aliança entre Minas e o Rio Grande do Sul, firmado em 17 de junho por João Neves, Francisco Campos e o deputado José Bonifácio Ribeiro de Andrada, irmão de Antônio Carlos. Conhecido como o Pacto do Hotel Glória, o acordo prescrevia o veto ao nome de Júlio Prestes e a apresentação de um candidato gaúcho à sucessão presidencial, nomeadamente Vargas ou Borges de Medeiros. Ficou também consignado que o acordo só entraria em vigor após a homologação de Borges. Depois de muita hesitação, Borges e Vargas aceitaram os termos do acordo.

Em 11 de julho, Vargas escreveu a Washington Luís, comunicando sua candidatura, mas deixando claro que não oporia obstáculo a uma solução diferente caso o nome de Júlio Prestes fosse posto de lado. O presidente não se abriu a qualquer espécie de entendimento. Comunicou aos demais governadores de estado a candidatura de Júlio Prestes, recebendo o apoio de todos, com exceção de João Pessoa, da Paraíba, que aceitara concorrer à vice-presidência na chapa oposicionista. O convite a João Pessoa fora feito à última hora, depois da recusa da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, estados de maior importância eleitoral que a Paraíba.

Em 30 de julho, a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) aprovou por unanimidade as candidaturas de Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. No dia seguinte, o PL deu apoio aos seus nomes, integrando-se ao PRR na Frente Única Gaúcha (FUG). O próximo passo foi a criação no início de agosto da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional, tendo como presidente o mineiro Afonso Pena Júnior e vice-presidente o gaúcho Ildefonso Simões Lopes.

A Aliança Liberal congregou a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, à qual veio juntar-se o PD de São Paulo e o PD do

Distrito Federal. A campanha foi marcada por um série de recuos e tentativas de conciliação com o governo federal, empreendidas sobretudo por Vargas. Em meados de agosto, Vargas propôs a seus aliados a formação de uma nova chapa de oposição, composta de candidatos de Pernambuco e do Ceará, a fim de ampliar a frente antipaulista. Ante a recusa dos presidentes dos dois estados, Vargas sugeriu novamente a apresentação de um terceiro candidato. Mas Washington Luís manteve-se intransigente em relação à candidatura Júlio Prestes.

Em 12 de setembro, uma convenção de delegados dos partidos dominantes de 17 estados, liderados por São Paulo, homologou as candidaturas de Júlio Prestes para a presidência e de Vital Soares, governador da Bahia, para a vice-presidência da República. Oito dias depois, a Aliança Liberal, em convenção realizada no Rio, aprovou a chapa Vargas-João Pessoa e sua plataforma eleitoral, redigida pelo gaúcho Lindolfo Collor. O programa, segundo Boris Fausto, “refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média”. Na parte econômica, “defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café, combatia o esquema de valorização do café e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís”. Insinuava a necessidade de industrialização, mantendo porém velha distinção entre indústrias naturais e artificiais. Preconizava medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher. Mas a grande arma e denominador comum da Aliança Liberal, para Boris Fausto, era “a defesa da representação popular, através do voto secreto e da designação de magistrados para a presidência das mesas eleitorais”. Outra proposta de grande efeito na campanha foi a anistia ampla a todos os presos políticos processados e perseguidos desde 5 de julho de 1922.

A partir das convenções de setembro, ficou perfeitamente definida a situação de inferioridade da Aliança Liberal na disputa sucessória. Vargas enfrentaria a máquina oficial em 17 estados e, tendo-se em conta os padrões de controle eleitoral da República Velha, suas chances de vitória eram extremamente pequenas.

Minas era o principal reduto eleitoral da Aliança Liberal e Antônio Carlos comprometera-se em manter a coesão do PRM. Em outubro, contudo, o partido sofreu uma grave cisão. O vice-presidente da República Fernando de Melo Viana rompeu com a direção do PRM ao ser preterido na sucessão de Antônio Carlos no governo do estado.

A crise resultou na formação da Concentração Conservadora, movimento que promoveu em Minas as candidaturas de Júlio Prestes à presidência da República e de Melo Viana à presidência do estado.

Em consequência da cisão em Minas, Vargas esboçou uma nova tentativa de recuo. Propôs a seus aliados retirar-se da disputa em troca de concessões reabilitadoras na plataforma de Júlio Prestes. Firmino Paim Filho foi encarregado de consultar Washington Luís e os principais dirigentes da Aliança Liberal. Washington Luís recusou-se a abandonar o nome de Júlio Prestes, o que, ao lado da inflexibilidade de Antônio Carlos, levou à manutenção da candidatura Vargas.

Em fins de 1929, a corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por seus políticos mais jovens, como João Neves, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco (filho de Afrânio de Melo Franco), passou a admitir a hipótese de desencadear um movimento armado, no caso da derrota nas urnas. Como primeiro passo, buscou-se a colaboração dos “tenentes”, tendo-se em conta seu passado revolucionário, sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. Essa aproximação já estava em curso desde o início da campanha sucessória, mas os contatos se desenvolviam com grande dificuldade, devido a desconfianças recíprocas. Na Aliança Liberal, estavam alguns dos principais adversários dos “tenentes”, notadamente Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e João Pessoa, o qual, como promotor militar, fora acusador de muitos militares rebeldes. Por outro lado, para os velhos dirigentes oligárquicos da Aliança, os “tenentes” personificavam a ameaça de derrubada do regime e, conseqüentemente, de suas próprias bases de sustentação política.

Vários oficiais revolucionários, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, aderiram aos poucos à ideia de colaborar com a Aliança Liberal, apesar da posição em contrário de Luís Carlos Prestes, o chefe supremo do movimento tenentista. Prestes encontrava-se a meio caminho em seu processo de adesão ao Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e começava portanto a abraçar uma nova concepção da revolução brasileira. Em setembro, Prestes entrou secretamente em contato com Vargas para declarar que somente o apoiaria se a via revolucionária fosse adotada. No íntimo, Prestes tinha a impressão de apresentar uma condição impossível de ser cumprida. Em 13 de setembro Vargas transmitiu a João Neves sua opinião a respeito das declarações de Prestes “Penso que não nos é lícito lançarmos o país numa revolução, sacrificarmos milhares de

vidas, arruinar e empobrecer o Estado, só para combater um homem que atualmente nos desafia que é o presidente da República.”

Nos últimos meses de 1929, Aranha, João Neves e Virgílio de Melo Franco estabeleceram contato direto com Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto, que retornaram clandestinamente do exílio, e ainda com outros oficiais revolucionários, que, por já terem cumprido pena, estavam em liberdade, como Eduardo Gomes e Osvaldo Cordeiro de Farias. Por insistência de seus companheiros, Prestes viajou clandestinamente a Porto Alegre para conversar com Osvaldo Aranha e Vargas.

A história dos encontros entre Vargas e Luís Carlos Prestes permanece obscura em vários pontos, como por exemplo em relação às datas. Segundo Hélio Silva, Carone e outros autores, os encontros ocorreram em novembro de 1929 e fevereiro de 1930. Prestes, em depoimento publicado em 1982, mencionou duas datas diferentes: setembro de 1929 e janeiro de 1930. Resta ainda saber por que o ex-comandante da Coluna Prestes recebeu uma substancial quantia de dinheiro, após ter recusado a chefia militar da revolução.

A primeira fase da conspiração não implicou ainda a preparação efetiva para a luta armada, mesmo porque os principais dirigentes da Aliança Liberal não pensavam em romper os limites do sistema. A frase atribuída a João Pessoa resume perfeitamente essa perspectiva: “Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução.” Vargas, por seu lado, tomou uma atitude ambivalente diante da ação conspirativa: permitiu que Aranha, João Neves e os mineiros perseguissem um caminho belicoso, mas ao mesmo tempo autorizou Paim Filho a manter os laços vitais com o governo federal.

Em dezembro de 1929, Paim Filho, agindo com autorização expressa de Vargas, negociou e conseguiu firmar com Washington Luís, à revelia de Minas, da Paraíba e até mesmo dos líderes gaúchos, um acordo secreto com o governo federal. Por esse acordo, Vargas assumiu o compromisso de não deixar o seu estado para fazer propaganda eleitoral e de apoiar o governo federal no caso de uma vitória de Júlio Prestes. De sua parte, Washington Luís e Júlio Prestes comprometiam-se a reconhecer os candidatos do PRR que fossem eleitos em março para o Congresso (seriam renovados a Câmara e 1/3 do Senado), a não combater o reconhecimento de Vargas caso este fosse eleito e, no caso de uma vitória do governo, a restabelecer as relações com o Rio Grande do Sul nos termos anteriores à divergência sobre a sucessão presidencial. O cumprimento desse

acordo implicaria muito provavelmente na desagregação e liquidação da Aliança Liberal.

Nessa mesma época, entretanto, o governo federal também enfrentava dificuldades, embora de outra ordem. A crise econômica internacional, irrompida em outubro de 1929, estava solapando o programa de estabilidade da moeda e provocando consequências desastrosas para os cafeicultores e os círculos financeiros de São Paulo. Em poucos meses todas as reservas de ouro acumuladas à custa de empréstimos externos foram tragadas pelos capitais em fuga do país. Segundo o comentário que começou a circular, o “general café” se havia voltado contra o presidente. Houve, de fato, divergências entre os cafeicultores e o governo, pois Washington Luís recusou-se a emitir novos financiamentos e a conceder a moratória, reclamados pela lavoura paulista. Diz Boris Fausto: “Independentemente do fato de que a crise só tenha repercutido no Brasil com toda sua intensidade em 1931... independentemente do fato de que a oposição não [tivesse] plena consciência de seu alcance e não a [utilizasse] a fundo, ela [golpeou] o governo ao produzir o desencontro entre o Estado, como representante político da burguesia cafeeira, e os interesses imediatos da classe.”

No Congresso, João Neves aplaudiu a resistência de Washington Luís em atender às reivindicações dos cafeicultores paulistas, mas criticou acerbamente sua imprevidência. Em 26 de dezembro, após várias sessões tumultuadas, o deputado aliancista gaúcho Ildefonso Simões Lopes revidou uma agressão de seu colega situacionista de Pernambuco, Manuel de Sousa Filho, abatendo-o a tiros no recinto do palácio Tiradentes.

Em meio à radicalização da campanha, Vargas violou o acordo com Washington Luís, viajando para o Rio de Janeiro no final de dezembro. No dia seguinte à sua chegada, entretanto, avistou-se com o presidente, reiterando sua disposição de respeitar o *modus vivendi* estabelecido por Paim Filho. Em 2 de janeiro de 1930, ao lado de João Pessoa, Vargas leu sua plataforma, não em recinto fechado como fizera Júlio Prestes, mas em praça pública, para uma grande multidão que se concentrou na esplanada do Castelo. Estendeu sua viagem a São Paulo e Santos (SP), onde foi recebido com demonstrações populares de apoio, regressando em seguida a Porto Alegre. A campanha da oposição prosseguiu com a organização das caravanas liberais que percorreram Minas e as principais cidades do Norte e Nordeste, sob a chefia de João Pessoa.

No final de fevereiro, Vargas retirou-se temporariamente para São Borja, nomeando Osvaldo Aranha presidente interino do Rio Grande do Sul e explicando que “escrúpulos de ordem moral o impediam de continuar no cargo durante a eleição”.

Neste último mês ocorreram choques violentos em Garanhuns (PE), Vitória e Montes Claros (MG). Nesta última cidade, um comício da Concentração Conservadora foi interrompido por um tiroteio que deixou vários mortos e feridos, incluindo-se entre os últimos o vice-presidente Melo Viana, pisoteado no tumulto que se estabeleceu. O conflito mais importante eclodiu na Paraíba, em 28 de fevereiro, véspera das eleições. Foi a revolta da cidade de Princesa, atual Princesa Isabel, liderada por José Pereira, chefe político do município, que congregou a oposição paraibana ao governo de João Pessoa e contou com o apoio do Catete. Antes e depois das eleições, o governo federal hostilizou abertamente os estados de Minas e da Paraíba.

A Revolução de 1930

As eleições de 1º de março de 1930, realizadas no estilo tradicional da República Velha, deram afinal a vitória a Júlio Prestes, como já era esperado. Além de vencer por grande diferença nos estados situacionistas, o candidato oficial obteve 50 mil votos em Minas e a terça parte da votação na Paraíba. A fraude, praxe na época, dominou o pleito de parte a parte. De outra forma seria impossível explicar o fabuloso resultado obtido por Vargas em seu estado com 298 mil votos contra apenas 982 dados a seu concorrente. Mesmo assim, Júlio Prestes chegou a cerca de um milhão e cem mil votos, contra 737 mil dados a Vargas. Pelo Bloco Operário e Camponês, organização patrocinada pelo pequeno PCB, fundado em 1922, concorreu o operário Minervino de Oliveira com uma votação ínfima.

Em 11 de março, antes de voltar a Porto Alegre para reassumir o governo estadual, Vargas telegrafou a Osvaldo Aranha, considerando “quixotesca” a continuação da luta. Em 19 de março, Borges de Medeiros, em entrevista publicada pelo jornal A Noite, reconheceu enfaticamente a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha da oposição e a FUG. A entrevista provocou forte reação de Osvaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha contra o que consideraram uma completa capitulação. Borges viu-se forçado a retificar suas declarações para evitar a ameaça de cisão no PRR.

Em fins de março, admitiu o prosseguimento da luta pela ação parlamentar e a pregação doutrinária.

Nesse ínterim, Virgílio de Melo Franco e João Batista Luzardo, dirigente do PL, conseguiram articular um entendimento com Epiácio Pessoa e Antônio Carlos em favor da alternativa revolucionária. Luzardo foi autorizado por Antônio Carlos a declarar aos chefes políticos gaúchos que Minas aceitaria a solução sediciosa, caso o Rio Grande do Sul a adotasse. Epiácio Pessoa concordou com a fórmula, comprometendo-se a consultar João Pessoa, a quem caberia a última palavra sobre a Paraíba. No final de março, após ser informado sobre esses contatos, Vargas concordou com a preparação do movimento armado, deixando a Osvaldo Aranha a responsabilidade de sua coordenação.

Aranha acelerou a conspiração reativando seus contatos com os tenentes. No início de abril, a participação dos tenentes na revolução ficou definitivamente acertada: Juarez Távora chefiaria o levante no Norte, João Alberto e outros oficiais ajudariam o movimento no Sul e Siqueira Campos dirigiria o setor mais difícil — a capital paulista. Para chefiar o estado-maior revolucionário, dada a desistência de Luís Carlos Prestes, os gaúchos escolheram um oficial de carreira, em vez de um “tenente”. O tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, na época comandante de urna guarnição no Rio Grande do Sul, foi convidado a assumir o encargo. Na década de 1920, ele combatera militarmente os “tenentes” da Coluna Prestes.

Também por iniciativa de Aranha foram encomendadas armas à Tchecoslováquia no valor de 16 mil contos de réis. O Rio Grande do Sul participaria com metade dessa soma, cabendo a Minas seis mil contos e dois mil à Paraíba. Em meados de abril, Antônio Carlos e Epiácio Pessoa concordaram com o esquema proposto para a compra de armas. Francisco Campos viajou então a Porto Alegre para verificar in loco os preparativos da revolução. Com Vargas e Osvaldo Aranha, ele acertou o esquema de participação de Minas no levante. A tarefa militar desse estado seria distrair as tropas federais que nele se encontravam e fechar as próprias fronteiras, a fim de atrair os contingentes do Exército estacionados em São Paulo.

No final de abril, Vargas aprovou um documento elaborado por João Neves sobre a orientação da bancada do PRR na legislatura que se iniciaria em maio. Tratava-se de um memorando de sete itens, sancionado por Borges de Medeiros em sua estância de Irapuazinho. Conhecido como o Heptálogo de Irapuazinho, o documento estabelecia como pontos principais a oposição não sistemática do PRR ao governo federal, a defesa

da plataforma aliancista e a apresentação de projeto de lei de reforma eleitoral, a defesa dos candidatos aliancistas de Minas e Paraíba não reconhecidos pelas juntas de apuração eleitoral, a assistência aos governos desses dois estados contra a intervenção federal, o fornecimento de armas a João Pessoa para a luta contra a Revolta de Princesa e a recondução de João Neves à liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara.

Paim Filho, preocupado com a manutenção do *modus vivendi* com o governo federal, não concordou com o Heptálogo. Em carta a Borges, denunciou as intenções revolucionárias de João Neves, mas omitiu o acordo firmado em dezembro de 1929 com Washington Luís. Para contornar a dificuldade, Vargas e Borges autorizaram Paim Filho, eleito senador em março, a defender sua posição pessoal no Congresso.

Em 3 de maio de 1930, o Congresso reiniciou seus trabalhos. O estudo das eleições presidenciais e da renovação dos mandatos legislativos constituiu sua primeira tarefa. A maioria governista se serviu, arbitrariamente do processo de reconhecimento dos candidatos para punir as representações aliancistas de Minas e da Paraíba. A “degola” atingiu todos os candidatos apoiados por João Pessoa, beneficiando os partidários de José Pereira. A representação do PRM sofreu um corte de 14 deputados numa bancada de 37, sendo diplomados em seus lugares candidatos da Concentração Conservadora. No caso de Minas, diz John Wirth, “o desastre foi agravado pela perda de todas as presidências de comissões e pela imposição de sanções econômicas federais”. Sintomaticamente, o Rio Grande do Sul atravessou ileso o expurgo. Em fins de maio o novo Congresso aprovou os resultados das eleições, declarando Júlio Prestes presidente eleito.

O arbítrio do reconhecimento dos poderes constituiu-se em mais um fator de indignação contra Washington Luís, sobretudo em Minas Gerais. Em 27 de maio, a comissão executiva do PRM convocada por Antônio Carlos aprovou por unanimidade a participação de Minas no movimento armado.

Entrementes, as articulações revolucionárias na área dos “tenentes” sofreram um rude golpe com a ruptura de Luís Carlos Prestes com a Aliança Liberal. No seu Manifesto de maio, Prestes condenou a “revolução da oligarquia”, propondo um programa de revolução agrária e anti-imperialista.

Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, condenando a depuração das bancadas mineira e paraibana e anunciando para breve a “necessária retificação” do

regime. Mas temperou seus ataques, afirmando que as modificações dos “nossos hábitos e costumes” poderiam ter lugar “dentro da ordem”.

Ainda em junho, a conspiração sofreu um colapso — voltando praticamente à estaca zero — devido às hesitações de Vargas e Antônio Carlos. O presidente de Minas começou a reduzir seus compromissos com a revolução no princípio do mês. Em entrevista com João Neves e Flores da Cunha, manifestou seu propósito de transformar os compromissos militares esboçados em compromissos políticos definidos para uma ação pacífica. No decorrer do mês, Antônio Carlos pôde constatar a precariedade da organização militar do movimento em Minas e outros pontos do país, sobretudo em São Paulo. Em 17 de junho, ele enviou a Osvaldo Aranha um radiograma — principal meio de contato entre os conspiradores — considerando o movimento inteiramente sem articulação e sem probabilidade de êxito. Ante a resposta violenta de Aranha, e preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas na revolução a seu sucessor no governo do estado — eleito em março — Olegário Maciel.

O recuo de Antônio Carlos foi o pretexto de que se serviu Vargas para também recuar. O efeito acumulado desses acontecimentos provocou uma crise nos planos revolucionários. Em 27 de junho, Osvaldo Aranha renunciou ao seu posto de governo no Rio Grande do Sul, justificando seu ato num radiograma indignado a Virgílio de Melo Franco: “Minha convicção você e eu vítimas de uma mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco que desanima próprios soldados.” Vargas aceitou a demissão, nomeando João Simplício Alves de Carvalho para a Secretaria do Interior. A primeira tentativa de desencadear a revolução fracassara.

No início de julho, os conspiradores mais obstinados recomeçaram por conta própria a trama interrompida. Em Minas, Artur Bernardes apoiou a todo transe as articulações de Virgílio de Melo Franco. A pedido de Virgílio, escreveu a Olegário Maciel dando-lhe certeza de seu apoio ao movimento armado. Embora lhe parecesse inconveniente a revolução, Olegário cedeu diante dos argumentos de Bernardes. No final de julho, declarou a Lindolfo Collor e Maurício Cardoso estar de acordo com o movimento, desde que ele fosse deflagrado antes de sua posse no governo de Minas, marcada para 7 de setembro.

Entretanto, nem Vargas nem Antônio Carlos deram sinal de mudança durante o mês. A conspiração tendia a se extinguir, quando ocorreu o assassinio de João Pessoa, em Recife, no dia 26 de julho. Embora o crime tenha sido cometido por razões de ordem pessoal, os líderes aliancistas lançaram imediatamente a culpa sobre o governo federal. Antônio Carlos propôs a Vargas o lançamento de um manifesto, responsabilizando Washington Luís como mandante do assassinio e declarando-o, por isso, fora da lei. Vargas repeliu a ideia: “Um manifesto dessa natureza, sem a sua imediata e lógica sucessão, seria um suicídio e um crime.” Enquanto isso, tropas federais intervinham na Paraíba para evitar represálias contra a oposição paraibana. José Pereira apressou-se em depor as armas, pondo fim à Revolta de Princesa.

O trágico desaparecimento de João Pessoa provocou grande comoção nacional, dando novo alento às articulações revolucionárias. Vargas autorizou Aranha a retomar seus preparativos e as conversações entre Minas e o Rio Grande do Sul foram reatadas.

Aranha marcou a deflagração do movimento para 26 de agosto (trigésimo dia da morte de João Pessoa), mas foi necessário transferir a data, pois a revolução não parecia perfeitamente preparada. Na verdade, Vargas ainda não havia decidido comprometer o Rio Grande do Sul no levante. Numa reunião com Aranha, Flores da Cunha e João Neves, ele declarou que não poderia se aventurar a passo tão arriscado, contrariando a orientação de Borges de Medeiros, francamente contrário à revolução. Borges sabia da conspiração em preparo, mas nunca fora “oficialmente” consultado sobre o assunto. Em 24 de agosto, Vargas informou a Borges estar disposto a suspender todas as atividades conspiratórias, mas ao mesmo tempo encarregou Aranha de obter sua adesão. Borges acabou por se render aos argumentos de Aranha, prometendo auxiliar o movimento dentro de suas possibilidades. No final de agosto, Vargas declarou-se pronto a seguir a orientação dada pelo chefe do PRR.

Em 11 de setembro, Góis Monteiro e Aranha comunicaram a seus companheiros que a preparação estava concluída. No Rio Grande do Sul, o movimento já contava com importantes ramificações no interior do Exército e o apoio dos principais comandantes da Brigada Militar, milícia estadual tão bem equipada quanto as forças do Exército estacionadas no estado. Em Minas, a Força Pública também estava pronta para a luta.

Entretanto, Vargas e Borges consideravam indispensável obter, senão o apoio, pelo menos a neutralidade dos altos comandantes militares do Rio de Janeiro. Em 12 de setembro, Lindolfo Collor partiu para a capital, onde manteve contatos com diversos

oficiais, entre os quais os generais Augusto Tasso Fragoso, Francisco Ramos de Andrade Neves e Alfredo Malan d'Angrogne. Estabeleceram-se, assim entendimentos para uma intervenção pacificadora no caso de um conflito prolongado.

Nas últimas semanas que precederam a revolução, Vargas procurou dissimular seu envolvimento na conspiração, buscando sobretudo despistar o senador Paim Filho e o comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada no Rio Grande do Sul, o general Gil de Almeida, ambos fortemente leais a Washington Luís. Paim Filho foi induzido a transmitir informações tranquilizadoras ao presidente, negando a participação de Vargas na trama revolucionária. Enquanto isso, Vargas entendia-se com o general, confidenciando-lhe certos detalhes inconsequentes da revolução. Mas Gil de Almeida percebeu a artimanha: em 15 de setembro alertou o ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, sobre as reais intenções de Vargas. Apesar de todas as advertências, Washington Luís não ordenou nenhuma medida preventiva para deter a revolução, sendo surpreendido pelos acontecimentos.

Em 25 de setembro, Vargas e Aranha decidiram desencadear a revolução no dia 3 de outubro. Segundo o plano adotado, o movimento deveria irromper simultaneamente no Rio Grande do Sul, Minas e estados do Nordeste.

A revolução começou em Porto Alegre às cinco horas da tarde de 3 de outubro, com um ataque bem planejado ao comando da 3ª RM. Em 20 minutos, o general Gil de Almeida foi feito prisioneiro. Em Belo Horizonte, o movimento começou ao mesmo tempo, mas no Nordeste, por um equívoco de Juarez Távora, a revolução irrompeu na madrugada do dia 4. Diz Boris Fausto: “A adesão do Exército foi quase imediata no Sul, também se concretizando em Minas e no Nordeste, apesar de algumas resistências nessas áreas. Apenas em São Paulo delineou-se um choque decisivo de maiores proporções.”

Sintomaticamente, em 3 de outubro, início da revolução, Getúlio começou a escrita de um diário que se estenderia até 1942, contendo o registro de suas atividades políticas e também anotações esparsas sobre sua vida privada. Os pequenos cadernos do diário foram guardados secretamente por Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1914-1992), filha predileta de Vargas. Sua existência foi noticiada apenas em 1995. O *Diário de Vargas* foi publicado no ano seguinte.

Ao iniciar o diário, Getúlio conta os primeiros arranjos para o movimento e as razões que o levaram a se rebelar:

“Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso.”

Na madrugada de 4 outubro, todas as unidades militares de Porto Alegre já se encontravam sob o controle dos revolucionários. No interior do estado quase não houve luta. Vargas divulgou, no mesmo dia 4, um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas: “Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano.” Dizia no final: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico.” Os gaúchos atenderam ao apelo com entusiasmo e em poucos dias cerca de 50 mil voluntários alistaram-se para lutar na insurreição.

Em Belo Horizonte, apesar da resistência do 12º Regimento de Infantaria (12º RI), que durou cinco dias, o domínio da cidade foi rápido. No interior do estado algumas guarnições federais (Juiz de Fora, Três Corações), permaneceram fiéis a Washington Luís, mas limitaram sua ação à resistência dentro dos quartéis. Após a rendição do 12º RI, as forças mineiras concentraram-se na região de fronteira com São Paulo e o Rio de Janeiro, conseguindo deter a invasão de tropas legalistas.

No Norte e no Nordeste, o movimento foi amplamente vitorioso. Em três dias, Juarez Távora e os tenentes assumiram o controle de quase todos os estados, enviando tropas para dominar a Bahia e o Pará sob o comando de Juraci Magalhães e Landri Sales, respectivamente.

Em 5 de outubro, as forças gaúchas partiram em direção a Santa Catarina e ao Paraná. A resistência de Florianópolis não chegou a ameaçar o êxito da ofensiva. No Paraná, o Exército se sublevou em apoio à revolução, depondo o governo do estado. Em 11 de outubro, Vargas passou o governo gaúcho a Osvaldo Aranha e rumou para Ponta Grossa (PR), onde, ao chegar, dia 17, estabeleceu seu quartel-general e assumiu o comando das forças revolucionárias em marcha para a capital da República.

Em meados de outubro, a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará sob controle do governo federal. A principal frente de luta localizava-se na divisa de São Paulo com o Paraná. Em Itararé (SP), as forças revolucionárias vindas do Sul viram-se diante de uma das maiores concentrações militares articuladas pelos governistas. O choque decisivo foi entretanto evitado pela intervenção da cúpula militar do Rio de Janeiro: em 24 de outubro, um grupo de oficiais-generais, liderados por Augusto Tasso Fragoso, exigiu a renúncia de Washington Luís. Ante a negativa do presidente, os militares determinaram o cerco do palácio Guanabara e sua prisão.

Washington Luís foi substituído por uma junta governativa provisória, composta pelo general Tasso Fragoso, seu chefe, o general João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha. Ainda no dia 24, a junta organizou um novo ministério, do qual faziam parte, entre outros, o general José Fernandes Leite de Castro (Guerra), Isaías de Noronha (Marinha) e Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores). Com a situação na capital sob controle, a junta enviou o primeiro de uma série de telegramas a Vargas, propondo a suspensão total das hostilidades em todo o país, mas nada adiantando sobre a transferência do poder aos chefes da revolução. As verdadeiras intenções da junta não eram claras. A nomeação do ministério e a adoção de medidas legislativas indicavam sua disposição em permanecer no poder como um fato consumado. A situação tornou-se ainda mais dúbia com a designação do general Hastínfilo de Moura, comandante legalista da 2ª RM, para o cargo de interventor em São Paulo e com as declarações do novo chefe de polícia no Rio, coronel Bertoldo Klinger, prometendo reprimir as manifestações públicas na capital em favor dos revolucionários.

De Ponta Grossa, Vargas comunicou imediatamente à junta que prosseguiria a luta se não fosse reconhecido como chefe de um governo provisório. Ao mesmo tempo, ordenou às forças revolucionárias que prosseguissem seu avanço em direção à capital do país. Em 28 de outubro, o impasse foi finalmente superado, após entendimento firmado por Aranha e Collor, emissários de Vargas, com o general Tasso Fragoso. Em proclamação ao país, a junta comunicou a decisão de transmitir o poder a Vargas.

A caminho do Rio, em trem militar, Vargas passou por São Paulo, onde deixou o “tenente” João Alberto como “delegado militar da revolução” no estado. Em 31 de outubro, precedido por três mil soldados gaúchos, desembarcou no Rio, de uniforme

militar e com um grande chapéu gaúcho, sendo recebido com uma manifestação apoteótica de apoio. Finalmente, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório. Os soldados gaúchos fizeram então o que ficaria registrado na crônica como o gesto simbólico da vitória: amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio.

A Era Vargas

Líder civil do movimento revolucionário que determinou o fim da Primeira República, Getúlio Vargas tornou-se a figura dominante da política nacional durante quase um quarto de século. Sua trajetória nesse período foi reconstituída, passo a passo, no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Trata-se aqui de apresentá-la sinteticamente, dos primeiros tempos no poder ao trágico desaparecimento em 1954, destacando os acontecimentos de maior relevo e as mudanças institucionais que deram sentido à chamada Era Vargas.

Como chefe do Governo Provisório, Getúlio assumiu poderes ditatoriais, dissolvendo o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e câmaras municipais. Sem fixar prazo, prometeu convocar eleições para uma Assembleia Constituinte encarregada de estabelecer novo ordenamento jurídico-político em substituição à primeira constituição republicana.

Os presidentes estaduais, exceto o de Minas Gerais, foram substituídos por interventores federais, vários deles pertencentes às fileiras do movimento tenentista. Vargas concedeu anistia aos tenentes, instituiu o Tribunal Especial como órgão de justiça revolucionária e criou os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde.

Os primeiros titulares das novas pastas foram o gaúcho Lindolfo Collor (Trabalho) e o mineiro Francisco Campos (Educação). Outras figuras de proa do novo governo foram Osvaldo Aranha (ministro da Justiça e depois da Fazenda), Góes Monteiro (logo promovido a general), João Alberto (interventor em São Paulo), Juarez Távora (delegado militar da revolução nos estados do Norte) e José Américo de Almeida (ministro da Viação e Obras Públicas).

O Governo Provisório promulgou as leis que regularam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias e o limite de oito horas de jornada de trabalho.

Também iniciou as reformas que puseram fim à estrutura descentralizada da Primeira República. Em 1931, o chamado Código dos Interventores proibiu os estados de contrair empréstimos sem a autorização do governo federal e restringiu os recursos que cada estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército nacional. A União assumiu o controle da política cafeeira e promoveu a destruição de estoques invendáveis com o objetivo de evitar maiores baixas nos preços. As constantes desvalorizações cambiais beneficiaram o setor exportador e também constituíram uma proteção à indústria nacional.

Os primeiros tempos do governo Vargas foram marcados pela acirrada disputa entre os “tenentes” e os quadros políticos tradicionais. Os “tenentes” empreenderam uma ofensiva até certo ponto radical para quebrar o poder de oligarquias estaduais, notadamente na região Nordeste.

Getúlio desenvolveu um difícil exercício de equilíbrio político. Apoiou tacitamente a ação tenentista e o prolongamento da ditadura, mas se deparou com o descontentamento da elite paulista, empenhada na defesa da autonomia estadual e da constitucionalização do país. Em fevereiro de 1932, promulgou o Código Eleitoral, instituindo o voto secreto, o direito de voto feminino e a Justiça Eleitoral. Também se comprometeu com a realização do pleito para Constituinte, mas a oposição continuou duvidando de suas reais intenções.

Em julho de 1932, São Paulo levantou-se em armas contra o Governo Provisório, iniciando a Revolução Constitucionalista. O movimento sedicioso contou com a adesão entusiástica da classe média paulista, mas não recebeu a ajuda de outros estados. Vargas denunciou seu caráter “reacionário” e “separatista” e, com o apoio da maior parte do Exército, conduziu a luta até a capitulação dos rebeldes. A guerra civil durou três meses, ocasionando seiscentos mortos e milhares de feridos.

A vitória militar contra os rebeldes garantiu a Getúlio uma ampla margem de influência sobre a Constituinte, eleita em maio de 1933. Os resultados do pleito asseguraram a vitória dos novos partidos estaduais organizados pelos interventores, exceto em São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará.

A Constituição promulgada em julho de 1934 ampliou os poderes da União e sancionou a maior parte da legislação social e econômica do Governo Provisório. Todavia, estabeleceu um modelo de organização política mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas, eleito presidente com os votos de 175

constituintes contra 71 dados a vários candidatos, entre os quais, Borges de Medeiros, anistiado junto com outros participantes da Revolução Constitucionalista.

Findo o Governo Provisório, teve início o período de governo constitucional, marcado por uma radicalização ideológica sem precedentes na história do país. À direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado, ganhou uma notável projeção com um ideário nacionalista e antiliberal, de inspiração fascista. À esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ampliou sua rede de apoio a partir do ingresso oficial de Luís Carlos Prestes em suas fileiras. Seguindo o modelo das frentes populares que surgiam na Europa para combater o fascismo, os comunistas organizaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL) com a participação de socialistas e liberais progressistas.

O governo reagiu à mobilização aliancista, propondo uma Lei da Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso com o voto dos liberais. Em julho de 1935, Vargas decretou a dissolução da ANL, em resposta ao manifesto de Prestes em favor da implantação de um governo popular, nacional e revolucionário. Com o apoio da Internacional Comunista (Comintern), o PCB optou pela via insurrecional. Em novembro de 1935, o partido promoveu uma rebelião militar em Natal, Recife e Rio de Janeiro, prontamente sufocada pelas forças legalistas.

A Revolta Comunista de 1935 aplainou o caminho para o endurecimento do regime. De imediato, foram aprovadas emendas constitucionais que atribuíram ao presidente o poder de declarar o estado de guerra e de demitir sumariamente funcionários públicos. Foram presos milhares de civis e militares, a maioria sem qualquer participação no movimento revolucionário. A tortura de suspeitos políticos tornou-se frequente. Além da instauração do estado de guerra, o Congresso autorizou a abertura de processo contra parlamentares presos e a criação do Tribunal de Segurança Nacional para julgar os comprometidos com a revolta comunista.

A questão sucessória veio à baila no começo de 1937, propiciando um afrouxamento das medidas repressivas. Apresentaram-se candidatos o ex-governador paulista Armando de Sales Oliveira, pela oposição, o ex-ministro José Américo, apoiado pela maioria dos governadores e membros do governo federal, e o chefe integralista Plínio Salgado.

Vargas adotou atitude de aparente neutralidade que apenas contribuiu para o esvaziamento da campanha de José Américo. Na verdade, ele acalentava o projeto de permanência no poder e de mudança do regime com apoio de elementos civis, entre os

quais, o jurista Francisco Campos, e militares de sua confiança, notadamente os generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Os preparativos do golpe foram acelerados após a “descoberta” de um suposto plano insurrecional comunista, conhecido como Plano Cohen. O governo sabia que o documento era apócrifo, mas usou-o como pretexto para instaurar novamente o estado de guerra, reacender a campanha anticomunista e isolar os adversários.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas liderou o golpe que suspendeu as eleições e instaurou a ditadura do Estado Novo. Os protestos foram isolados. Apenas dois governadores, Juraci Magalhães (Bahia) e Lima Cavalcanti (Pernambuco), tiveram de ser substituídos. O governador Flores da Cunha (Rio Grande do Sul) já havia renunciado e partido para o exílio em Montevideu.

Uma nova constituição entrou imediatamente em vigor, sancionando a dissolução do Congresso e de todos os órgãos legislativos. A Carta de 1937 manteve o regime federativo, mas conferiu a preeminência da União sobre os estados e municípios, vedando inclusive a utilização de bandeiras, hinos ou escudos pelos estados. O presidente da República podia nomear e demitir os interventores que escolhiam, por sua vez, os prefeitos, num completo verticalismo autoritário.

Vargas também decretou a dissolução dos partidos políticos, inclusive a AIB, que apoiara a mudança do regime. Frustrados na expectativa de participar do governo, os integralistas tramaram o seu próprio golpe e, em maio de 1938, empreenderam um ataque ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. O fracasso da revolta deu a Getúlio a oportunidade de eliminar a única força política que escapava ao seu controle. Os integralistas mais incômodos e figuras da oposição liberal foram obrigados a deixar o país.

A censura aos meios de comunicação (rádio, cinema e imprensa escrita) tornou-se mais rigorosa. Em 1939, o governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela difusão da ideologia estadonovista e pela construção de imagens idealizadas a respeito de Getúlio, como a de “pai dos pobres”.

A máquina do Estado cresceu em complexidade com a criação de numerosos órgãos destinados a racionalizar a economia e a administração. Institutos, comissões e conselhos, compostos por técnicos, militares e empresários industriais, passaram a cobrir todas as áreas de decisão do Executivo. O Departamento Administrativo do

Serviço Público (DASP) centralizou a reforma administrativa no setor do funcionalismo, segundo critérios burocráticos de recrutamento e promoção.

O processo de modernização conservadora, iniciado em 1930, ganhou maior amplitude e coerência e Getúlio transformou-se na liderança simbólica de todas as realizações do governo e do projeto de “construção nacional”.

A ampliação da legislação trabalhista e de previdência social foi um dos legados mais importantes do Estado Novo. Merecem destaque a regulamentação da Justiça do Trabalho (1939) e da Lei do Salário Mínimo (1940), bem como a instituição do regime de sindicato único por categoria profissional e do imposto sindical. O novo formato da legislação social brasileira – voltada para os trabalhadores urbanos – foi sistematizado em 1943 com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A intervenção do Estado na economia intensificou-se com a criação das primeiras empresas estatais. Em 1941, foi constituída a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), encarregada da construção da usina siderúrgica de Volta Redonda (RJ). No ano seguinte, foi a vez da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais.

No plano internacional, Vargas manteve num primeiro momento a política de equidistância em face dos Estados Unidos e da Alemanha, buscando tirar vantagem da rivalidade entre as duas potências econômicas e militares da época. Em certa medida, essa política refletia a própria divisão de forças no governo entre elementos pró-americanos, como o chanceler Osvaldo Aranha, e admiradores da Alemanha nazista, como Dutra e Góes Monteiro.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, o presidente declarou a neutralidade brasileira. Em 1940, pronunciou um discurso ambíguo sobre a situação mundial, interpretado como uma ameaça de que o Brasil se associaria aos países do Eixo, mas depois autorizou a utilização de bases militares no Norte e Nordeste pelos Estados Unidos. Em contrapartida, assegurou o apoio financeiro e técnico norte-americano para o projeto siderúrgico de Volta Redonda.

A entrada dos EUA na guerra em dezembro de 1941 forçou o fim da neutralidade brasileira. Em janeiro de 1942, tal como recomendado na conferência de chanceleres americanos do Rio de Janeiro, Vargas rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão. Em clima de comoção nacional causado pelo afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil declarou

guerra ao Eixo em agosto de 1942. A declaração foi precedida de manifestações populares contra o nazi-fascismo que provocaram a primeira crise do regime e a saída do ministro Francisco Campos. Além da ajuda para o reaparelhamento econômico e militar do país, Vargas conseguiu que o governo Roosevelt apoiasse o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na Itália.

A participação do Brasil na guerra ao lado das nações democráticas criou uma contradição insanável para o regime. O presidente percebeu que a guerra contra o nazi-fascismo implicaria inexoravelmente o fim da ditadura. Assim sendo, tratou de consolidar seu prestígio popular, especialmente junto à classe operária, postulando uma nova doutrina política. Essa doutrina foi o trabalhismo, enunciado por Getúlio e seu ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, em falas especiais no programa radiofônico *A hora do Brasil*.

O primeiro pronunciamento da oposição liberal contra a ditadura ocorreu em outubro de 1943 com o lançamento do *Manifesto aos mineiros*, assinado por personalidades de Minas Gerais. A partir do segundo semestre de 1944, a crise do regime se tornou evidente. Osvaldo Aranha renunciou ao Itamarati e os generais Dutra e Góes Monteiro passaram a defender o fim do Estado Novo em contatos com civis e militares.

Em fevereiro de 1945, a censura à imprensa foi liquidada com a entrevista de José Américo ao jornal *Correio da Manhã*, exigindo a realização de eleições e o retorno das liberdades democráticas. Poucos dias após a publicação da entrevista, Vargas decretou o Ato Adicional que estabeleceu um prazo para a convocação de eleições gerais. Em seguida, articulou o lançamento da candidatura do general Dutra à sua sucessão.

O processo de democratização se fortaleceu com a anistia aos presos e exilados políticos, a legalização do PCB e a organização de três novos partidos de âmbito nacional: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na disputa contra a candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes, o general Dutra contaria com o apoio do PSD e do PTB, ambos criados sob a inspiração direta de Vargas.

O PSD foi organizado em cada estado pelos interventores, apoiando-se na máquina política e administrativa do Estado Novo. O partido também se valeu das alianças que o regime de Vargas celebrou com líderes do empresariado, como Roberto

Simonsen, que via na intervenção estatal a condição de desenvolvimento industrial do país. A UDN agrupou líderes liberais, conservadores e, no início, até mesmo elementos da esquerda não-comunista. O PTB representou o esforço de Getúlio em institucionalizar sua grande popularidade entre as massas e os sindicatos e, ao mesmo tempo, constituía a tentativa de atalhar à esquerda a marcha dos comunistas

Em julho de 1945, começou a ganhar corpo um movimento liderado por dirigentes sindicais em favor da permanência de Vargas no poder. O presidente não encorajou abertamente o movimento queremista, assim chamado por causa da palavra de ordem “Queremos Getúlio”, mas nada fez para evitar as grandes manifestações de massa que se sucederam em várias cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, com apoio dos comunistas.

Em 29 de outubro, sob suspeita de continuísmo, Vargas foi deposto por um golpe militar liderado por Góes Monteiro, recém-nomeado ministro da Guerra. Em comunicado à nação, Getúlio declarou que renunciara por vontade própria e sem guardar malquerença com as Forças Armadas. Viajou para São Borja e contribuiu decisivamente para vitória eleitoral de Dutra em dezembro de 1945 com a diretiva conhecida como “Ele disse”. Foi também o candidato que obteve os resultados mais espetaculares no pleito para a Assembleia Constituinte: elegeu-se senador por dois estados e deputado por sete.

Vargas continuou sendo o divisor de águas da política nacional durante o mandato do general Dutra, embora tenha permanecido a maior parte do tempo em São Borja. Compareceu a poucas sessões da Constituinte e do Senado na legislatura que se seguiu à promulgação da Carta de 1946. Não chegou mesmo a assinar a quarta constituição republicana que restabeleceu o regime democrático, mantendo contudo a estrutura sindical corporativista, assim como a capacidade intervencionista e regulatória do Estado.

Nas eleições de 1947, percorreu vários estados, apoiando em regra os candidatos do PTB às assembleias legislativas e do PSD aos governos estaduais. Definiu assim uma parte substancial da estratégia que haveria de levá-lo novamente ao poder: “Manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB”, como escreveu Thomas Skidmore.

Quando fracassaram os entendimentos entre o PSD e a UDN para uma candidatura comum, o ex-ditador surgiu como candidato do PTB em aliança com o Partido Social Progressista (PSP), do governador paulista Ademar de Barros. O apoio de Ademar foi muito importante para sua vitória, assim como o de alguns setores do PSD que abandonaram o candidato Cristiano Machado.

Em outubro de 1950, foi eleito presidente com 3,8 milhões de votos (49%), derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, novamente lançado pela UDN, e Cristiano Machado. Seu companheiro de chapa, o pessepista João Café Filho, conquistou a vice-presidência.

Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951 com um ministério de predominância conservadora, composto por representantes do PSD (Justiça, Fazenda, Exterior, Educação e Saúde), PTB (Trabalho), PSP (Viação e Obras Públicas) e até mesmo da UDN (Agricultura), nesse caso com a clara intenção de arrefecer o ânimo oposicionista udenista. Constituiu um órgão de assessoramento e planejamento econômico com técnicos de orientação nacionalista, que cuidaram da elaboração dos projetos da Petrobras e Eletrobras.

Seu segundo governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. No final de 1951, o Congresso aprovou o Fundo de Reaparelhamento Econômico, concebido pelo ministro Horácio Lafer (Fazenda) para o financiamento em moeda nacional de um amplo programa de investimentos em infraestrutura. Vargas também propôs a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para a administração do fundo e dos recursos em moeda estrangeira que vinham sendo negociados com os Estados Unidos. O BNDE foi constituído em junho de 1952 como agência permanente de fomento do desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira.

O projeto da Petrobras enfrentou críticas tanto de nacionalistas quanto de adversários da intervenção estatal no setor de petróleo. Suscitou uma campanha acirrada e afinal vitoriosa pelo monopólio estatal do petróleo, não previsto no texto original. A lei de criação da Petrobras, sancionada por Vargas em outubro de 1953, descartou a participação privada. A maior surpresa foi a mudança de posição da UDN que advogou o monopólio estatal.

Na área militar, Getúlio logo se viu enredado pelo confronto entre a ala nacionalista e a corrente pró-americana e anticomunista, composta em grande parte por

oficiais hostis ao presidente. Recusou a participação de tropas brasileiras na Guerra da Coreia, mas aceitou a renovação do acordo militar com os Estados Unidos em março de 1952. Na mesma ocasião, viu-se obrigado a demitir seu ministro da Guerra, o nacionalista Estillac Leal.

Na área econômica, o governo também se viu diante de sérias dificuldades em decorrência do avanço da inflação e do agravamento do déficit do balanço de pagamentos. Vargas preocupou-se em preservar seu capital político junto aos trabalhadores urbanos. Já em 1951, concedeu um aumento de 20% do valor real do salário mínimo (congelado durante a administração Dutra) e aboliu o “atestado de ideologia” para participação na vida sindical. A alta do custo de vida provocou uma série de greves nos grandes centros urbanos em 1953.

A oposição udenista redobrou os ataques contra Getúlio, com o apoio da maioria da imprensa. O único jornal de grande circulação com orientação favorável ao governo era *Última Hora*, pertencente a Samuel Wainer. Uma campanha capitaneada pelo jornalista Carlos Lacerda, em seu diário *Tribuna da Imprensa*, resultou na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o suposto favorecimento do presidente e de seus familiares na concessão de empréstimo do Banco do Brasil a empresa de Wainer.

Em junho de 1953, Vargas reorganizou o ministério a fim de enfrentar as múltiplas pressões que se avolumavam. As mudanças incluíram a designação de Osvaldo Aranha para a Fazenda e de João Goulart para o ministério do Trabalho. Presidente nacional do PTB, Goulart era um dos amigos mais próximos de Vargas e elemento de confiança nos meios sindicais. A atuação do jovem ministro alarmou industriais, eleitores de classe média e militares conservadores. A oposição logo interpretou a escolha de Goulart como parte de um plano varguista para implantar um “regime sindicalista”, similar ao estabelecido pelo presidente argentino Juan Domingo Perón.

A insatisfação militar contra o governo tornou-se manifesta em fevereiro de 1954 com a divulgação do chamado *Memorial dos coronéis*, assinado por oficiais que serviam no Rio de Janeiro, em protesto contra o que consideravam a deterioração dos padrões materiais e morais do Exército. O documento também criticava a proposta de elevação de 100% do salário mínimo anunciada por Goulart, que foi afastado do

ministério, assim como o general Ciro Espírito Santo Cardoso, destituído da pasta da Guerra.

Dois meses depois, o ex-chanceler João Neves da Fontoura forneceu mais munição à oposição, denunciando entendimentos secretos entre Vargas e Perón para a formação de um bloco antiamericano no hemisfério, composto por Argentina, Brasil e Chile. Em maio, Getúlio anunciou a decisão de dobrar o salário mínimo, provocando uma tempestade de críticas.

Embora desgastado por sucessivas crises, o presidente ainda conseguia se equilibrar no poder, quando um acontecimento traumático tornou extraordinariamente grave sua posição. Na madrugada de 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda sofreu um atentado a bala quando chegava à sua residência no Rio de Janeiro. O jornalista escapou com um ferimento no pé, mas o major Rubens Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que lhe dava proteção, morreu na hora.

Comprovada a participação de elementos da guarda pessoal de Getúlio, a UDN passou a exigir sua renúncia. Gregório Fortunato e os demais implicados no atentado foram presos pela Aeronáutica. A descoberta de transações irregulares promovidas por Gregório abalou ainda mais a imagem do governo. Brigadeiros lotados no Rio exigiram a saída de Vargas. Comandantes da Marinha e do Exército endossaram a exigência. Um manifesto assinado por 37 generais abalou a última linha de sustentação militar do presidente, representada pelo ministro da Guerra, Zenóbio da Costa.

Na madrugada de 24 de agosto, Getúlio concordou em se licenciar do cargo, após dramática reunião ministerial. Por volta das 7h, o Exército transmitiu o ultimato: o afastamento teria de ser definitivo. Uma hora e meia depois, sozinho em seu quarto no Palácio do Catete, o presidente Getúlio Vargas cometeu suicídio, disparando um tiro na altura do coração.

Vargas legou uma apaixonada *Carta-Testamento*, logo irradiada para todo o país, conferindo sentido épico e político à sua morte. A carta apontava à nação os responsáveis pelo gesto extremo, denunciando em tom angustioso a campanha subterrânea de grupos internacionais e aliados internos contra a política trabalhista e nacionalista. Massas de trabalhadores saíram às ruas nas grandes cidades, manifestando pesar e revolta pelo morte do presidente. Houve incidentes violentos, como a depredação de jornais antigetulistas e o ataque à embaixada norte-americana na capital.

Uma enorme multidão acompanhou no Rio o cortejo que conduziu o corpo de Vargas ao aeroporto Santos Dumont para o traslado até São Borja.

O desenlace da crise de agosto de 1954 revigorou o carisma e o mito de Vargas, marcando profundamente o imaginário e a vida política brasileira. Teve o efeito de reverter a enorme vantagem da oposição - tornada governo com a posse de Café Filho - e deu novo alento à aliança entre o PSD e o PTB, consagrada nas eleições de 1955 com a vitória de Juscelino Kubitschek para a presidência e João Goulart para a vice-presidência.

Vários parentes de Getúlio Vargas e elementos ligados à sua família tiveram uma atuação de certo relevo na vida política e administrativa do país. Entre seus filhos, Lutero Sarmanho Vargas foi um dos fundadores do PTB, deputado federal pelo Distrito Federal de 1951 a 1959, deputado à Assembleia Constituinte da Guanabara em 1961, embaixador do Brasil em Honduras em 1962 e no México em 1963. Alzira Sarmanho Vargas foi auxiliar-de-gabinete da Presidência da República de 1937 a 1945. Pelo seu casamento com Ernâni Amaral Peixoto, passou a assinar-se Alzira Vargas do Amaral Peixoto. A partir da morte de sua mãe (1968), tornou-se presidente da Casa do Pequeno Jornaleiro. Manuel Antônio (Maneco) Sarmanho Vargas foi prefeito de Porto Alegre de 1958 a 1960.

Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha de Alzira e Ernâni do Amaral Peixoto, foi fundadora e diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas desde sua criação em 1973 até 1990, diretora do Arquivo Nacional, de 1980 a 1990, e superintendente e depois diretora-geral da FGV de 1990 a 1997.

A obra publicada de Getúlio Vargas é constituída por discursos e mensagens, reunidos em *A nova política do Brasil* (1938-1947, 11v.), *A política trabalhista do Brasil* (1950), *A campanha presidencial* (1951), *O governo trabalhista do Brasil* (1952-1969, 4v.), *A política nacionalista do petróleo no Brasil* (1964) e *Getúlio Vargas: discursos 1903-1929* (1997).

Vargas foi biografado por dezenas de autores, entre os quais: André Carrazoni, *Getúlio Vargas* (1939), Paul Frischauer, *Presidente Vargas* (1943), Barros Vidal, *Um destino a serviço do Brasil* (1945), Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai* (1960), Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas* (1974), John W. Foster Dulles, *Getúlio Vargas, biografia política* (1974), Maria Lúcia Teixeira Werneck

Viana, *Getúlio Vargas* (1974), Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso* (2006).

A era Vargas ocupa um lugar destacado nas obras sobre a história brasileira contemporânea em seus mais diversos aspectos políticos, econômicos e sociais.

Seu nome foi dado a três municípios brasileiros. No Rio Grande do Sul, o município de Getúlio Vargas foi criado em 1934 quando o distrito de Erechim foi desmembrado do município de mesmo nome. Em Santa Catarina, o distrito de Nova Breslau, pertencente ao município de Ibirama, passou a ter a denominação de Getúlio Vargas em 1938 e de Presidente Getúlio em 1944. Em 1953, foi elevado à categoria de município com a denominação de Presidente Getúlio. No Maranhão, o município de Presidente Vargas foi criado em 1954 com o desmembramento do distrito de Paranaidji do município de Carolina.

O arquivo particular de Getúlio Vargas encontra-se depositado no Cpdoc, seus diários pessoais foram publicados pelas pesquisadoras Maria Celina D'Araújo, Regina da Luz Moreira e Ângela de Castro Gomes, sob o título *Getúlio Vargas: diário* (1995, 2v.).

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES:

[FONTES NOVAS]

AITA, Carmen; AXT, Gunter (Org.). *Getúlio Vargas: discursos* (1903-1929). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997 (Perfis parlamentares, 2).

ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.

AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado. In: AXT, Gunter (Org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p. 41-56.

AXT, Gunter. “O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional”. In *Estudos Históricos*, n 29. Rio de Janeiro, 2002.

BRANDI, Paulo. *Vargas; da vida para a história*. Com a colaboração de Mauro Malin e Plínio de Abreu Ramos. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

- COLUSSI, Eliane; DIEHL, Astor Antônio. *Cultura e pedagogia da violência: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.
- COLUSSI, Eliane Lucia. “Violência política e cisão do PRR em São Borja”. In *Historia Unisinos* 11(1): 84-95, Jan.-Abr. 2007.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. “O fio da meada no diário de Vargas”. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- DA VIDA para a história: reflexões sobre a era Vargas. Organizado por Gunter Axt et. al. Porto Alegre: Procuradoria Geral da Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.
- FARIA Antônio Augusto; BARROS, Edgar Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1982.
- FAUSTO, Boris. Memória escrita a lápis. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1996.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Getúlio Vargas (1883-1954): reexame de alguns mitos. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, p. 131-40, out./dez. 1974.
- QUADROS, Jânio, FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Ed. Culturais, 1967. 6 v.
- REZENDE, Suzana Garcia de. Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sergio (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

[FONTES ANTIGAS]

ANDRADE, M. 1930; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BEIGUELMAN, P. Processo; BELO, J. História; BORGES, V. Getúlio; BOURNE, R. Getúlio; CAMARGO, A. Carisma; CARONE, E. República velha; CARONE, E. Revoluções; CARONE, E. Tenentismo; CARRAZONI, A. Getúlio; CARRAZONI, A. Perfil; CONY, C. Quem; COUTINHO, L. General; DULLES, J. Getúlio; Encic. Mirador; Energia; FAORO, R. Donos; FAUSTO, B. Crise; FAUSTO, B. Pequenos; FAUSTO, B. Revolução; FAUSTO, B. Revolução 1930;

FONTOURA, J. Memórias; FRANCO, A. Estadista; FRANCO, V. Outubro; FRISCHAUER, P. Presidente; FUND. GETULIO VARGAS. Revolução; FURTADO, C. Formação; GOMES, A. Burguesia; GOMES, A. Regionalismo; Grande encic. Delta; História do Século; JARDIM, Z. Trajetória; LEVINE, R. Regime; LIMA SOBRINHO, A. Verdade; LOVE, J. Regionalismo; MAGALHÃES JÚNIOR, R. Getúlio; MARTINS, W. História; MENDES JÚNIOR, A. Brasil; MORAIS FILHO, E. Problema; PEIXOTO, A. Getúlio; PESAVENTO, S. República; PINHEIRO, P. Getúlio; Revolução de 1930; SCHNEIDER, R. Flores; SILVA, H. História; SILVA, H. 1930; SILVA, H. Vargas; SKIDMORE, T. Brasil; SOUSA, M. Processo; TAVARES, J. Getúlio; TRINDADE, H. Aspectos; VERGARA, L. Fui; VIANNA, M. Getúlio; VIDAL, B. Destino; VILELA, A. Política.